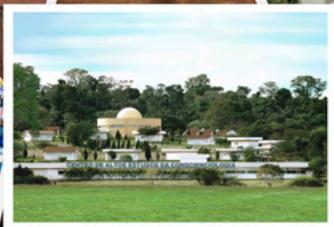
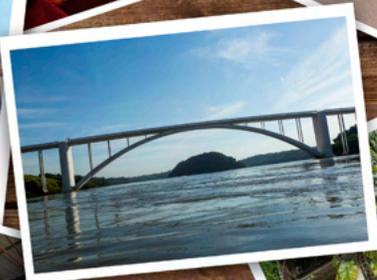


Milena Mascarenhas

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

(Organizadores)



Lugares de Memória

Atena
Editora

Ano 2022

Milena Mascarenhas

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

(Organizadores)



Lugares de Memória

Atena
Editora

Ano 2022



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

CEAEC

Mac Donald Ferandes Bernal

Paola Stefanutti

Solange da Silva Portz

Alexandre Marchetti/Itaipu Binacional

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Prof^o Dr^a Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Milena Mascarenhas
Solange da Silva Portz
Valdir Gregory

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L951 Lugares de memória / Organizadores Milena Mascarenhas, Solange da Silva Portz, Valdir Gregory. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0167-4
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.674221104>

1. Histórias de lugares e tempos. I. Mascarenhas, Milena (Organizadora). II. Portz, Solange da Silva (Organizadora). III. Gregory, Valdir (Organizador). IV. Título.
CDD 398.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Este livro foi concebido e construído com a finalidade de discutir *Lugares de Memória*, e aborda aspectos relacionados à memória em contexto de fronteiras, organizado e estruturado em oito capítulos. Os capítulos que o compõem são oriundos de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e outras instituições, e estão voltados para um debate a respeito de memórias, patrimônio e territorialidades da região conhecida como Tríplice Fronteira.

Os conteúdos contemplam dados e narrativas que se relacionam com a história da região trinacional situada nos entornos de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e da região metropolitana de Ciudad del Este na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai respectivamente. Considerando que, dentre os aspectos fronteiriços, estão as línguas portuguesa e espanhola, principalmente no cotidiano deste espaço, optou-se por manter citações em espanhol sem as suas traduções.

O primeiro capítulo trata do Patrimônio Cultural no Mercosul e lança olhares na direção da cultura além-fronteira, identificando referências culturais compartilhadas por diferentes Estados na perspectiva de um projeto de integração regional. Vê-se o debate sobre o papel da cultura como estratégia para a integração cujo o intuito é vislumbrar uma identidade comum dentro do Mercosul, visando promover um sentimento de pertencimento para a formação de uma cidadania regional. O patrimônio cultural emerge como uma categoria importante para a reflexão dos processos sobre as medidas de valorização das representações do passado, através das ações voltadas para a preservação de bens culturais compartilhados entre os países parceiros.

O segundo capítulo foca nas migrações, abordando as políticas sobre terra e colonização na perspectiva do processo de nacionalização da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG) nos séculos XIX e XX. A pesquisa ainda foca na comparação e na transnacionalidade, buscando a compreensão das semelhanças, diferenças e conexões na invenção de nacionalidades de origem europeia para integrar a fronteira aos Estados Nacionais em questão.

O capítulo três tem a proposta de apresentar memórias construídas sobre um personagem que viveu na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina no final do século XIX e início do século XX. Os estudos sobre Moisés Santiago Bertoni emergem de documentação constituída por ele mesmo e por obras diversas produzidas a seu respeito. O texto discute a construção de memórias que fazem parte de um variado leque de lembranças e permite

conhecer o processo de construção de memórias sobre a Tríplice Fronteira.

O quarto capítulo estuda as culturas alimentares da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina por meio de indícios e vestígios em feiras, trazendo reflexões acerca de práticas relativas à alimentação. As feiras analisadas foram a Feirinha da JK em Foz do Iguaçu, a Feria de Ciudad del Este do lado paraguaio e a Feirinha da Argentina em Puerto Iguazú. É uma escrita que bebe na micro-história, nas práticas do cotidiano e na etnografia. Parte-se da comida, de espaços de comidas e de seus desdobramentos para discutir culturas alimentares neste espaço de fronteira.

A Ponte Internacional da Amizade serve de cenário para discutir as ações empenhadas pelos governos brasileiro e paraguaio a fim de consolidar memórias e representações em diferentes insígnias, oferecendo aos lugares relacionados à ponte diferentes formas de ancorar lembranças. Buscou-se, a partir dos vestígios encontrados, problematizar os lugares de memória intencionalmente construídos para vincar certas lembranças e associá-las a seus executores.

O capítulo seis realiza uma discussão sobre como as ações materiais e imateriais do Estado brasileiro, por meio de lugares e memórias, são ativadas como representações da formação histórica de Foz do Iguaçu. Os indícios presentes no cotidiano levam a percepção da presença do Estado no passado e no presente. Por meio de documentos, discursos, infraestruturas, monumentos, políticas, projetos e ações, o Estado mostra sua presença e influência nas definições de representações, memórias, lugares de memórias de Foz do Iguaçu. Um território que integra muitas histórias que são imprescindíveis para compreender a formação de uma cidade com memórias porosas e cambiantes.

O capítulo sete traz narrativas sobre a primeira Catedral da Diocese de Foz do Iguaçu e a trajetória da Igreja Católica, na região Oeste do Paraná, no início do século XX. A Paróquia São João Batista revela-se como fonte provedora de histórias e de personagens que, de alguma forma, se conectam com a história da cidade, além disso, o autor trabalha com a concepção da igreja como monumento histórico, marco referencial para a manutenção de lembranças e de tradições, tornando-se ponto de referência e de singularidade do local onde se encontra promovendo a formação da identidade cultural local.

O capítulo final aborda o Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) apresentando seu histórico de formação em Foz do Iguaçu. O CEAEC é um ponto turístico no município desde 1995, e um importante polo de pesquisas voltado para o estudo da consciência humana (pessoa, indivíduo, ego, *self*) de modo multidimensional, além da dimensão material, do corpo físico e do confinamento no cérebro, considera-se outras formas de manifestação. O capítulo discorre sobre o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento por voluntários da Conscienciologia.

À vista disso, este livro apresenta um conjunto de temas, de múltiplos dados,

tratados sob diversos enfoques, de variadas metodologias e de diferentes abordagens teóricas. Discussões mais amplas e aprofundamentos maiores poderão ser buscados nas teses e publicações dos autores.

Por fim, agradecemos aos pesquisadores que contribuíram com suas pesquisas e reflexões compondo os capítulos dessa obra. Também ao Programa de Pós Graduação Sociedade Cultura e Fronteira da UNIOESTE que possibilitou a publicação.

Uma ótima leitura a todos!

Milena Mascarenhas
Solange da Silva Portz
Valdir Gregory
(Organizadores)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O MERCOSUL E A CENTRALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Maria de Fátima Bento Ribeiro

José Carlos dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211041>

CAPÍTULO 2..... 12

SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES DO PROCESSO IMIGRATÓRIO NA FRONTEIRA ARGENTINA/BRASIL

Leandro de Araújo Crestani

Ernelo Schallenger

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211042>

CAPÍTULO 3..... 30

MOISÉS SANTIAGO BERTONI E AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211043>

CAPÍTULO 4..... 46

PERCURSOS DE UMA PESQUISA SOBRE CULTURAS ALIMENTARES - INDÍCIOS ETNOGRÁFICOS EM PRÁTICAS DO COTIDIANO

Paola Stefanutti

Valdir Gregory

Ernesto di Renzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211044>

CAPÍTULO 5..... 66

PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE: LUGARES DE MEMÓRIA

Milena Mascarenhas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211045>

CAPÍTULO 6..... 87

FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES RELACIONADAS COM A PRESENÇA DO ESTADO

Samuel Klauk

Andressa Szekut

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211046>

CAPÍTULO 7.....	109
A IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA DE FOZ DO IGUAÇU E A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO (SVD): HISTÓRIA E PERSONAGENS	
Mac Donald Fernandes Bernal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211047	
CAPÍTULO 8.....	133
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA CONSCIENCILOGIA (CEAEC): MATRIZ DAS TERRITORIALIDADES CONSCIENCIOLÓGICAS	
Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211048	
ÍNDICE REMISSIVO.....	162
ÍNDICE GEOGRÁFICO.....	168
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	171
SOBRE OS AUTORES.....	175

FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES RELACIONADAS COM A PRESENÇA DO ESTADO

Data de aceite: 20/01/2022

Samuel Klauck

Andressa Szekut

INTRODUÇÃO

A atual cidade de Foz do Iguaçu, no extremo oeste paranaense, destaca-se no tempo e espaço, como uma região de fronteira. Essa região começa a receber atenção do governo brasileiro, de forma efetiva e direcionada, a partir da segunda metade do século XIX. Imemorialmente ocupada por populações indígenas, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, começa ser explorada por grandes companhias internacionais de extração de erva-mate e madeira escoados pelo rio Paraná por meio de concessões de terras. Neste ínterim, passa a fazer parte da função primordial na defesa da soberania do Brasil, ao mesmo tempo que é entendida como um espaço de integração internacional.

Singularmente por ser um espaço de fronteira, em um encontro geográfico com outros dois Estados nacionais - Argentina e Paraguai, faz com que se perceba a ação e a presença do Estado brasileiro por meio dos seus aparatos de controle, de vigilância, de desenvolvimento, de integração etc. Situação que resulta na

materialidade de lugares de memória - como edifícios e obras, bem como na representação de ações imateriais, nas quais destacam-se referências positivas da ação de agentes, fatos e acontecimentos relacionados ou vinculados ao estado nacional.

Também conhecida como Fronteira Trinacional do Iguaçu, entre outras alcunhas, tem na atualidade como uma de suas atividades características a exploração do turismo. Foz do Iguaçu, Puerto Iguazu (Argentina) e Ciudad del Este (Paraguai) representam uma região de destaque no cenário do turismo nacional e internacional. Essa atividade está diretamente relacionada à existência das Cataratas do Iguaçu, no Parque Nacional do Iguaçu, que está localizado entre o Brasil e a Argentina e atrai mais de um milhão e meio de visitantes anualmente, em cada margem. Contudo, outros elementos também se somam como atrativos na região, como a Zona Franca de Ciudad del Este, no Paraguai, que tem ligação direta com Foz do Iguaçu através da Ponte da Amizade. E também a Usina Hidrelétrica de Itaipu, que apesar de ter a produção de energia como sua principal função, também recebe visitantes, registrando cerca de um milhão visitas em 2019. Estes são apenas alguns dos pontos de intersecção que estão diretamente ligados ao turismo na região trinacional (BIANCHIN, 2018), que também têm outros inúmeros atrativos e serviços que

movimentam um complexo sistema turístico entre as fronteiras.

Ademais do contexto de atividade turística, esse espaço fronteiriço também tem como características a recente colonização do território, imemorialmente ocupado por comunidades indígenas; a fixação de diversos fluxos populacionais principalmente a partir do início do século XX, com diferentes motivações; as obras de engenharia que integram os países, como Itaipu Binacional e as pontes internacionais, à realidade transfronteiriça vivenciada diariamente por moradores e visitantes, a logística e o comércio internacional, dentre outros aspectos que conforma um cenário ao mesmo tempo plural e singular. Dessa forma, configura-se como um espaço de construções de discursos representacionais variados, de integração e afirmações identitárias, ao mesmo tempo que passa por ressignificações dos elementos que o compõem como território.

No contexto apresentado, compreende-se um emaranhado entre fronteiras, memórias, identidades, diversidade populacional e poderes, no qual se tem representações que são construídas e selecionadas a partir das vivências nesse espaço e também dos interesses e expectativas sobre essas definições. Portanto, o passado (re)vivificado, no período contemporâneo em Foz do Iguaçu, serve como baliza de delimitação das análises que seguem. Assim, a presença da memória do estado a partir das definições de memórias e representações deste espaço não pode ser entendida como natural e esta define/influencia/interfere/impõe memórias à cidade. Com isso, propõem-se como objetivo refletir e contextualizar como as ações materiais e imateriais do estado, por meio de lugares e memórias são ativadas como representações da formação histórica de Foz do Iguaçu.

As reflexões se amparam nos vestígios levantados nas vivências dos pesquisadores neste espaço, em fontes institucionais, como o site e documentos da prefeitura municipal, em fontes públicas e outras fontes marginais, que permitem vislumbrar os processos memoriais resultantes das relações sociais nesse espaço, principalmente, o que se refere a presença do estado no município. Dentro desse contexto, delimita-se como conjunto de fontes de análise contextualizados pelos ciclos econômicos, enquadrados pela memória oficial da cidade, referências a logradouros, grandes obras e personagens. Estas serão tratadas e circunscritas no decorrer do texto, inter-relacionados às temáticas de memória, lugares de memória e representações.

As análises ancoram-se no entendimento de que as representações e as narrativas memoriais são seleções do que se quer lembrar, em uma soma entre passado, presente e futuro. Essas seleções acontecem de modo individual ou coletivo, mas são atravessadas por vários fluxos, alimentadas pelas relações que ocorrem a partir de um lugar e indicam a construção de uma identidade reivindicada, quando convier ao jogo em que está inserida, “em suma, a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação” (CANDAU, 2011, p. 77).

Soma-se a isso, a noção de lugares de memória que, para Pierre Nora (1993), originam-se de um jogo entre a memória e a história no qual é preciso ter vontade de memória, de manter algo vivo. Estes são lugares, espaços, objetos, ações que em seu simbolismo, função e materialidade podem (re)ativar memórias coletivas, ou uma memória social, e assim alimentar pertencimentos e manter continuidades em situações de ruptura/descontinuidade.

Assim, para compreender esse processo em Foz do Iguaçu, parte-se do método indiciário de Ginzburg, que entende por um “[...] método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (1999, p. 149). Para isso, Ginzburg indica “ser necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados” (1999, p. 144), o que nos aproxima do estudo aprofundado, holístico, da realidade vivenciada no espaço estudado. Fundamentalmente qualitativo, o paradigma indiciário parte da análise de fontes variadas tais como observação de campo e análise documental, entre outras, que permitem a maior aproximação possível ao objeto pesquisado. Assim, o rigor flexível do paradigma indiciário possibilita o estudo das experiências cotidianas de forma ampla. Com essa delimitação, o texto segue com a inter-relação, nas análises, do arcabouço teórico associado ao conjunto de fontes arroladas em Foz do Iguaçu, presentes e perceptíveis em discursos que acionam memórias que potencializam o papel do Estado Nacional brasileiro na formação, ocupação e desenvolvimento da cidade.

MEMÓRIA, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES

A memória ou as memórias têm relação estreita com o tempo e a história. Em constante movimento, (re)construção, as memórias são exercícios individuais, coletivos e sociais, que moldam a continuidade, o pertencimento, a territorialidade. Segundo Tedesco (2011, p. 10), “tanto os tempos quanto as memórias são múltiplos, variados e com conotações amplas e diversas”. Este autor, fazendo referência a Ricoeur (1995), indica que “[...] recordar o passado não é uma escolha, mas uma condição para o discurso, que não escapa da memória nem pode se livrar das premissas impostas pela atualidade” (2011, p. 10).

Ainda segundo Tedesco,

O presente da memória depende em muito da história, a qual tem a tarefa de aprender (*e prender*) o acontecido no presente e no passado e, também, garantir de uma forma ou de outra, por meio da escrita, dos registros, documentos, oralidade, objetualidades, ilustrações, homenagens, comemorações, festejos, saberes etc., o futuro desse passado. Imagens, símbolos, representações do passado, horizontes construídos e transmitidos, por vários meios fazem parte da memória, do *presente* do passado com intenção de continuidade, porém essa “intenção de continuidade” vai depender de estratégias, ações e interesses do/no presente. (TEDESCO, 2011, pp. 11-12).

Essas dinâmicas da memória são abordadas por diversos autores que falam da seleção, do trabalho, das estratégias, sempre associando passado, presente e futuro. Memória, então, está diretamente relacionada à noção de interesse e não pode ser dissociada dos múltiplos processos temporais vividos pelos sujeitos, grupos e suas inter-relações. Nessa perspectiva, Elizabeth Jelin fala sobre o trabalho de memória e aponta que a referência ao “trabalho” coloca a pessoa e a sociedade em uma posição ativa e produtiva. A autora mostra que a memória passa por processos de significação e ressignificação subjetivos constantes, nos quais o sujeito de ação se move e se orienta de acordo com as experiências passadas e as expectativas futuras (2001, p. 13). Entende-se, assim, a memória como uma construção constante do social, que precisa ser colocada temporalmente no presente para ser analisada de acordo com as experiências, as incorporações e as expectativas das coletividades.

Por sua vez, Tedesco (2011) ainda aponta para a questão da memória que ele chama de “funcional”, como aquela que nos serve, que é selecionada por grupos em detrimento de outras para compor o que se quer lembrar. O autor indica que há uma manipulação da memória e da história por grupos de poder para que o passado se torne funcional aos fins de quem governa a sociedade. Nesse sentido, reforça-se a dimensão política da memória ao exercer seleções. Essa perspectiva de compreensão pode ser vinculada ao que Pollak (1989) propõe ao falar das conjunturas que possibilitam o enquadramento da memória. Segundo o autor, isso decorre do momento político, das representações sociais, dos ritos, das festas, do espaço e do tempo, sendo estas as formas de assegurar permanência de manifestações do passado no presente e para o futuro.

Nesse sentido, Candau (2011) destaca que a memória é responsável pela construção de uma continuidade temporal, o que para ele, é condição necessária da representação da unidade do “eu”, consciência de si. Nessa lógica, a narrativa da memória, a identidade narrativa, é sempre uma construção no presente sobre o passado. O autor destaca que mesmo a memória sendo reconstruída a partir do presente, existe um núcleo de sentimentos constituídos por elementos do passado relativamente estabelecidos, que mantém coerência nas construções narrativas do “eu” de acordo com os referenciais coletivos em que se insere.

Com isso, ressalta-se que o jogo de memória não é puramente individual, “é um tecido memorial coletivo que vai alimentar o sentimento de identidade” (CANDAU, 2011, p. 77). Candau expõe os jogos de memória como a dinâmica pela qual os indivíduos se constituem e constituem suas coletividades, e esses jogos têm como base as noções de transmitir, receber, fundar e constituir. Segundo o autor esse é um processo constante que elabora ações, antevendo resultados para as relações sociais.

Essa perspectiva que alude aos interesses de forjar determinada imagem e posição social frente ao outro se aproxima da noção de representação ou representação coletiva

proposta por Roger Chartier, que entende que as representações,

[...] não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Para isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para Chartier, disputas de poder no sentido de produzir o reconhecimento, a obediência e a submissão vão muito além da materialidade, como o apelo à violência física direta, para ele exerce-se a dominação simbólica a partir das representações. Desse modo, a compreensão das representações como forças reguladoras da vida coletiva e exercício do poder serve para compreender a intencionalidade de um grupo em forjar determinada posição social.

Com esta reflexão, entende-se que a noção de representação é capaz de apreender em um campo histórico particular os processos simbólicos das disputas pelo poder e dominação entre os grupos ou indivíduos. Assim, cabe entender as representações sociais dos grupos como formas de lutas de poder e fixação de visão no espaço. Elas agem sobre as relações sociais a partir de sua ação mobilizadora exercida pelo seu poder simbólico. Para a história cultural, é nessa dinâmica complexa das representações e das lutas de representações que os sentidos e símbolos que constituem a cultura emergem, se fixam e se dissipam (OLIVEIRA, 2018).

Ao falar sobre definição, ação mobilizadora, símbolos e sentidos, também podemos nos aproximar da noção de lugar de memória. Quando se fala de lugar de memória é inevitável não retomar o clássico Texto de Pierre Nora “Entre Memória e História A Problemática dos Lugares” (1993), em sua tradução para o português. Este autor traz como elemento central da discussão que “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (1993, p. 7). Com essa consideração inicial, Nora discorre sobre como a memória e a história se interconectam, e como a história na modernidade ao se apropriar das memórias faz com elas sucumbam. Segundo o autor:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõem uma à outra. A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno

sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. (1993, p. 8)

Essas afirmações se amparam na ideia de “aceleração da história” cunhada por Nora, que refere-se à uma percepção cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto. Uma consciência de ruptura com o passado que se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. Ainda segundo o autor, esta ruptura com o passado se faz pela história, pelo seu registro e criticidade, o que desperta ainda memória suficiente para se ter sentimento de continuidade residual aos locais de referência, não mais uma memória vivida.

Nora ainda aponta que os lugares de memória, “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional [...]. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se sua imaginação o investe de uma aura simbólica” (1993, p. 21). Para Nora, os lugares de memória originam-se, assim, de um jogo entre a memória e a história, no qual é preciso se ter vontade de memória e de manter algo vivo. Entende-se, assim, que o lugar de memória está relacionado com seleção, definição de representação que quer de si, intencionalidade de um grupo em forjar determinada representação social.

Esta concepção de Pierre Nora precede e antecipa as preocupações mais atuais sobre a produção acelerada de registros e arquivos. Nesse sentido, o antropólogo Joel Candau (2012, p. 111) fala sobre uma “iconorreia” midiática, como um fenômeno contemporâneo de exteriorização da memória, que se manifesta através da profusão das imagens que são continuamente estocadas, tratadas e difundidas. Para o autor, essa “iconorreia”, essa saturação de imagens com uma carga memorial, é caracterizada pelo exponencial aumento de sua difusão atual.

Andreas Huyssen (2002) também indica uma obsessão pela memória, principalmente, nos debates públicos e a influência da mídia nessa busca memorial. O autor ainda fala sobre o papel da imagem nesse processo, tendo a televisão, o cinema e a internet como meios difusores não apenas de imagens articuladas à memória, mas da própria necessidade memorial e do medo do esquecimento. Assim como Nora, Huyssen aponta para a influência dos meios digitais para mudanças culturais. Para o autor, a rapidez na forma de viver e de se relacionar socialmente traz junto uma necessidade de rememorar o passado, guardar objetos e preservar coisas de forma desmedida e acelerada.

Com isso, os lugares de memória estão imbricados nesse contexto de afastamento da vivência da prática, de desenvolvimento tecnológico, de globalização, de rapidez, são entendidos como capazes de guardar lembranças e permitir o acesso a elas sempre que se fizer necessário ou conveniente. São lugares, espaços, objetos, nomeações, ações em que memórias podem ser revividas ou ressignificadas para a (re)construção de uma memória coletiva, uma memória social, representações.

Fala-se assim de lugar de memória, entendendo que estes estão imbricados nesse trabalho de memória, seleções memoriais, que definem o que se quer ter como referência, representação de si ou representação social. Os conceitos de memórias, representações e lugares de memórias se conjugam nesse texto para a compreensão das definições estabelecidas, das lutas de representação, de acordo com as experiências e os interesses dos diferentes momentos. A compreensão destes processos nos permite observar e analisar uma realidade particular e identificar as definições estabelecidas pelas relações sociais vividas em Foz do Iguaçu.

FOZ DO IGUAÇU: PROCESSOS MEMORIAIS

Os processos memoriais de Foz do Iguaçu, por vezes, costumam ser ancorados pelos discursos solidificados em torno do poder público. Em específico, em torno da história do município, fundado em 1914. Esse acontecimento, leva a criação de narrativas que procuram colocar a história da cidade no tempo e espaço, definindo representações. Situação que (re)busca, conforme indicativos oficiais disponíveis na página da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, fatos e acontecimentos associados direta ou indiretamente a esse espaço (FOZ DO IGUAÇU, 2021).

Com isso, delimitam-se um primeiro conjunto de discursos que buscam fortalecer memórias e lugares de memórias, por meio de narrativas que colocam em evidências fatos, personagens e ciclos econômicos. Evidencia-se que se busca localizar a cidade na história imemoriável, quando se refere à presença indígena ancestral e à passagens históricas do Brasil colonial - a exemplo da passagem do explorador espanhol Cabeza de Vaca, em 1542. Aqui infere-se a pergunta: quais as origens da cidade? Na tentativa de enquadrar uma memória linear, em uma acepção a Pollak (1989), as várias respostas à questão trazem fatos e acontecimentos, distantes do contexto da história e memória contemporânea. Portanto, o reforço feito pelos discursos oficiais, do poder municipal (FOZ DO IGUAÇU, 2021) ou o recorte histórico presentes no material didático do ensino fundamental público de Foz do Iguaçu definem memórias e lugares de memórias.

Essa constatação permite inferir o papel de quem enquadra a memória desse processo. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu e os materiais didáticos são exemplos da ação de fixação de uma memória social para essa região. Contudo, no ato de escolha, portanto o que se quer lembrar é uma ação deliberada que pode ser associada a uma memória funcional. Conforme preconiza Tedesco (2011) e, ao mesmo tempo, inserida na definição de jogo da memória por Candau (2011).

Contudo, cabe lembrar que todo processo memorial, de alguma forma, ancora-se em referências ou referentes históricos. Neste sentido, as representações oficiais, em parte, são resultantes da apropriação de narrativas produzidas por relatos e histórias de

autores que comumente procuram reforçar o papel do Estado, a identidade e a soberania nacional sobre essa região. São exemplos destes suportes de memórias os textos de viajantes como Domingos Nascimento (1903), Cândido de Abreu (1974), Manoel Azevedo da Silveira Netto (1995) e de militares como José Maria de Brito (2005) e José Cândido da Silva Muricy (1998) analisados conjuntamente na obra de Antonio Marcos Myskiw (2011). Essas referências fundamentais são complementadas por obras da historiografia profissional como de Ruy Christovam Wachowicz (1987) e José Augusto Colodel (1998) e de memorialistas como de Ottilia Schimmelpfeng (2002).

É preciso ressaltar que a história e a memória estão sujeitas à ação do tempo, das lutas de representação e dos jogos que as envolvem. Com isso vale lembrar que estas narrativas que potencializam o Estado, são e estão passíveis de serem questionadas. Pois, compreendendo a região de Foz do Iguaçu, como um *espaço praticado*, na acepção de Michel de Certeau (2011), a diversidade de memórias invisibilizadas pelo processo de enquadramento oficial ou estatal se torna importante. Estão fora dessa memória os indígenas, transeuntes, migrantes, soldados, agricultores, operários, barqueiros, contrabandistas, foragidos, entre tantos outros inomináveis atores à margem que ganhariam visibilidade em uma história vista de baixo, como nos apresenta Jim Sharpe (1992).

Outro destaque que permite perceber a potencialização de memórias oficiais são as narrativas que vinculam a formação da história de Foz do Iguaçu aos ciclos econômicos. O boletim *Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011*, publicado pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, por meio da Secretaria Municipal da Administração/Departamento de Informações institucionais, destaca quatro ciclos econômicos: extração da madeira e cultivo da erva-mate (1870-1970), construção da Usina de Itaipu (1970-1980); exportação e turismo de compras (1980-1995) e comércio, turismo de compras e eventos (1995-2008) (FOZ DO IGUAÇU, 2021a). Estes ciclos também estão presentes nas Apostilas do Aluno e do Professor, elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação (PMFI, 2012; PMFI 2012a; PMFI, 2015; PMFI, 2016).

É preciso reconhecer que os ciclos econômicos, enquanto delimitação classificatória temporal, podem ser um instrumento de compreensão da história de uma cidade, região ou país. Exemplo disso pode ser evidenciado em autores como Caio Prado Junior (1976) e Nelson Werneck Sodré (1990), que em suas produções históricas contribuíram para fixação de representações, memória e lugares de memórias. Por sua vez, no exemplo de Foz do Iguaçu, recuperando a menção ao boletim e as apostilas citadas anteriormente, percebe-se que estes utilizam os dados para demonstrar o crescimento demográfico da cidade.

Neste ponto faz-se a pergunta: como a história e as memórias dos ciclos econômicos é associada ao Estado? Uma primeira questão que se destaca é a de que essa região, por ser de fronteira, apresenta poucas evidências de ocupação espontânea. Com isso, não se pretende definir um determinismo de ocupação populacional direcionado

pelo Estado, mas inferir que este, teve papel fundamental nesse processo. Além disso, compreende-se, como indicado anteriormente, que se deve conjecturar a presença de *praticantes de espaço* nesse território, fora da lógica de ocupação direcionada.

Já com o foco no primeiro ciclo da erva-mate e madeira, deve-se considerar que, apesar da disponibilidade desses recursos naturais, na região que abarca Foz do Iguaçu, a sua exploração seguiu um ordenamento definido direta ou indiretamente pelo Estado Nacional brasileiro ou pelo governo paranaense, por meio de concessões e outorgas de exploração. Cabe lembrar que, ainda no período imperial, foram concedidas para exploração vastas áreas fronteiriças com a Argentina e o Paraguai conhecidas como *obrages*. A essas concessões seguiram-se as de incentivo de colonização, que além de lotear e ocupar a região, objetivam alcançar recursos oriundos da exploração da madeira, como o exemplo da Companhia Industrial, Madeireira e Colonizadora Rio Paraná - conhecida como MARIPÁ (GREGORY, 2002).

Portanto, vincular a história da região e, por sua vez, de Foz do Iguaçu, ao estado, configura-se como reconhecimento dessa ação histórica. Diferentemente de outros municípios do oeste paranaense que, dentro das lutas de representação, fixaram memórias e lugares de memórias associadas a esse período, com a nomeação de ruas, avenidas, monumentos e espaços com nomes de pessoas vinculadas a esse processo, a exemplo de Willy Barth - empresário e político vinculado a MARIPÁ, Foz do Iguaçu apresenta poucas evidências.

Contudo, ao observarmos atentamente a espacialidade da cidade, nos deparamos com pontos que fazem referência a esse ciclo econômico de forma direta e indireta. Aqui é preciso lembrar que uma das principais participações de Foz do Iguaçu era ser um ponto de escoamento dos produtos extraídos da região. Nesse ponto, considera-se que a cidade é banhada por dois grandes rios - o Iguaçu e o Paraná, que se destacam na presença portuária. Assim, denominações como Porto Belo e Porto Meira, que hoje nomeiam bairros, se colocam de forma direta como lugares de memória desse processo.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que alguns personagens dessa época, assim como de outras, também foram registrados em nomes de ruas da cidade, mas não são acionados, celebrados e lembrados. Ou seja, houve um momento em que suas memórias foram selecionadas a partir da nomeação, contudo não se manteve ao longo do tempo a atribuição de valor a esses nomes, personagens, o que nos leva a perceber uma proximidade com a constatação de Nora, que diz que um lugar de memória só se constitui quando soma-se os três elementos, o material, o simbólico e o funcional. Assim, a materialidade a partir da nomeação não garante a instauração de um lugar de memória se há falta de significado ou funcionalidade para a comunidade.

Por sua vez, a presença de estruturas do estado, como a Colônia Militar instalada em 1889 e a Coletoria Estadual de Impostos, exemplificam a presença do estado de forma

indireta. No primeiro caso, entre as justificativas da implantação da Colônia, segundo Orlando Bispo dos Santos (2016, p. 47), parafraseando o militar José Maria de Brito, era de que esse “território de fronteira encontrava-se ocupado por uma maioria de paraguaios e argentinos que exploravam as riquezas naturais da região”. Por sua vez, a Coletoria de Impostos instalada pelo Governo do Estado do Paraná em 1913, corrobora a ideia de controle do estado sobre a região, que em conjunto com a presença dos militares intentam marcar e definir a nacionalidade brasileira sobre esse território (KLAUCK, 2005, pp. 250-253).

Resultam dessa ação um marco de memória material representado pela estrutura do prédio histórico, localizado na região central, do atual 34º Batalhão de Infantaria Mecanizada do Exército, que representa a presença militar em Foz do Iguaçu, desde a Colônia Militar. Ressalta-se que também há presença, com visibilidade material da Marinha, por meio da base da Capitania Fluvial do rio Paraná. Nesse contexto, ainda se evidencia a memória militar - imaterial - vinculada à atribuição de nomes de rua como a denominada Belarmino de Mendonça e as avenidas General Meira e José Maria de Brito.

Ressalta-se que em parte a memória do Estado Nacional brasileiro, por meio da presença de militares, vincula-se à definição das fronteiras nacionais. Em específico, pela formação da cidade resultar da instalação da colônia militar em 1889, a história e a memória destacada se cruzam em diversos momentos com a presença cívico/militar. Essa presença, representação e memória também se manifesta em outra temporalidade, no ciclo econômico vinculado a Construção de Itaipu Binacional, por ser planejada e executada durante os governos militares do período de 1964 a 1985.

A Construção da Hidrelétrica de Itaipu aparece como segundo ciclo econômico do município e a sua memória é evocada a partir do olhar da transformação que promoveu no espaço. Lembra-se que Itaipu trouxe crescimento populacional exponencial e com isso uma série de mudanças estruturais, econômicas e socioculturais para a região (THAUMATURGO, 2012). Mas também suas memórias reforçam a presença do Estado, com a sua ação direta na definição e implementação da obra e a série de acordos internacionais decorrentes da mesma.

O Tratado de Itaipu celebrado em 26 de abril de 1973, assinado pelos presidentes dos dois países, estabeleceu as delimitações jurídicas, financeiras e diplomáticas que permitiram a constituição e gestão conjunta da empresa binacional entre Brasil e Paraguai (ITAIPU, 2021). Com isso, apesar de distante da capital, por meio de Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu tem a presença constante de ações do Estado ao longo dos anos. Presidentes, diretores e generais, cada um representando o seu momento político sempre são os anfitriões de ações encabeçadas pela instituição, demarcando a ação do Estado no processo.

Além de geração de energia, pela qual é referência no mundo, Itaipu alterou

a lógica de ocupação e uso do espaço, influenciando na transformação dos processos produtivos. Conforme Souza (2015), foram criadas três Vilas “A”, “B” e “C”, sendo que em cada uma delas era alocada uma categoria de trabalhadores que também ofereciam serviços básicos como educação e saúde. A memória desse processo é hoje (re)acionada por meio do turismo. Itaipu que, a partir de 2003, passou também a atuar no turismo de forma estruturada, com passeios dentro da Usina, entre outros, está planejando adicionar aos seus passeios um tour histórico por essas vilas erguidas durante a construção da Usina (ITAIPU, 2021a).

Nota-se que a instituição busca definir e afirmar seu papel de atuação nesse espaço a partir de alguns elementos, conforme pode ser visto, por exemplo, em matéria de sua comunicação, intitulada “40 Anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná” (ITAIPU, 2021b). Esta matéria dá ênfase às transformações positivas consideradas diretamente relacionadas a Itaipu, ressaltando seu papel na região, o que mostra a busca de construção de uma imagem. E essa instituição segue atuando na região não mais com construção, mas de diferentes formas com diferentes projetos.

Dessa forma, Itaipu se estabelece como ponto referencial da memória da região, e por meio dela a representação do estado mais uma vez é definida como parte da imagem da cidade. A obra da Usina, sua produção de energia e as ações no território tornam-na referência de memória material e imaterial de Foz do Iguaçu. É uma memória funcional que se estabelece por meio de lutas de representação, ações discursivas, práticas que desenvolve na cidade e pelo aparato midiático que dispõem. Com isso, não só ocupa e enquadra sua memória, mas a do estado nacional brasileiro neste território.

É preciso destacar que essa obra exponencial, devido a suas dimensões, imprimiu profundas transformações demográficas na região, com a mobilização de grande contingente populacional atraída como mão de obra. Decorre dessa situação a ampliação da diversidade cultural local. Ou seja, a demanda de operários e os prestadores de serviços trouxeram e fixaram brasileiros de todas as regiões e diversos estrangeiros em Foz do Iguaçu (THAUMATURGO, 2012). Essa pluralidade cultural pode ser percebida em exemplos como construções (Centro de Tradições Gaúchas) e alimentos (queijo de minas, acarajé, feijoada, churrasco etc.).

Mesmo com a visibilidade dos referentes e referências culturais destes grupos, comumente valorizados por meio de discursos epiditicos trazem em si, quando se busca os motivos da sua presença, uma explicação vinculada à Itaipu. Percebe-se que a memória cultural construída no chão do cotidiano, friccionada, diversa e híbrida, é enquadrada pela memória de uma ação que tem o Estado Nacional como o principal agente.

Outro aspecto da imposição das representações memoriais advindas com Itaipu é que estas suplantam e, em alguns casos, invisibilizam memórias, por exemplo a memória do ciclo econômico anterior. Conjectura-se que isso ocorre pela ausência de registros

materiais e imateriais evidentes, pela ausência de lugares de memória que sustentem de forma transversal no cotidiano da cidade lembranças deste ciclo ou pela amplitude da iconorréia midiática de reproduzir – fazer lembrar no presente – da memória da construção de Itaipu e dos seus aspectos positivos.

Destas reflexões, avança-a ao terceiro ciclo econômico do município. Conforme mencionado anteriormente, é associado à exportação e ao turismo de compras, e assim às relações internacionais e à infraestrutura. Sem entrar nas nuances do processo, evidencia-se que ao ter este como um momento delimitador da história do município, mais uma vez se reforça a memória da presença do Estado no espaço. Primeiramente pela ação direta do Estado na região, com a construção da ponte internacional da amizade, infraestrutura que possibilitou o acesso facilitado ao país vizinho e à sua zona franca. Logo pela própria ação de compra internacional e todas as questões legais que a balizam, com a presença dos organismos reguladores estatais, como Receita Federal, Polícia Federal, entre outros.

Apesar da cidade contar com duas pontes internacionais, a da Amizade que a liga ao Paraguai e da Fraternidade a Argentina, é a primeira que ocupa a maior evidência de memória da presença do Estado na região. A Ponte Internacional da Amizade, que teve a sua intenção de construção formalizada em 1956, foi inaugurada nos anos 1960. Esta ponte é resultado da intensificação da relação entre Brasil e Paraguai, que até então tinha o fluxo na região por via fluvial. Mascarenhas (2021) aponta que houve três inaugurações da ponte em 1961, 1962 e 1965. Para a autora, esses eventos são indicativos para a definição de lugares de memória de Pierre Nora (1993), pois as reiteraões cerimoniais tornam um elemento de suma importância na fixação mnemônica e são instrumentos para “bloquear o trabalho do esquecimento”. Esta é apenas uma das formas de definição de representação sobre a ponte, que tem a ação e presença do estado reafirmada nas atribuições de significados ao longo dos anos.

Hoje, a Ponte Internacional da Amizade tem sua memória incrementada por outras experiências que se somaram no tempo e espaço. A sua função de acesso é utilizada de acordo com os diferentes momentos políticos, econômicos e sociais, e interfere diretamente na estrutura produtiva da região. A pandemia da COVID-19 levou ao isolamento social e o fechamento das fronteiras nacionais no mundo e, conseqüentemente, a interrupção do fluxo na ponte internacional da amizade de março a outubro de 2020. Situação pouco provável nessa fronteira tão movimentada na qual, de forma geral, naturalizam-se as travessias entre os países fronteiriços, mas que tem os Estados Nacionais como reguladores da mobilidade no espaço.

Neste mesmo momento de interrupção do fluxo de pessoas entre os países, ocorreu uma grande estiagem na região, e a ponte passou a ser visitada por outro ângulo, de baixo para cima. Em matérias e também nas redes sociais de moradores da região se multiplicaram imagens da ponte vista desde o rio com nível muito baixo de água (GAZETA

DO POVO, 2021). É interessante ressaltar que registros indicam que em 2021, a estiagem no rio Paraná é ainda maior, contudo, não se constatou o mesmo anseio de visitação às suas margens para visualizar seu nível e a ponte (TRIBUNA, 2021). Pondera-se que em 2020 por conta do isolamento social esta era uma das poucas atividades possíveis já que os estabelecimentos comerciais, espaços de lazer e atrativos estavam fechados. Contudo, mesmo assim, isso permite conjecturar que a impossibilidade de fluxo na ponte, levou a um sentimento de ruptura da continuidade, necessidade de memória e com isso a visita o às margens do rio e a estrutura da ponte, como uma forma de celebrar o espaço, como um lugar de memória.

Como em outros exemplos anteriormente analisados   preciso fazer os destaques. Em específico o de fixar que a ponte tem memórias, sim, memórias no plural.   uma obra contemporânea, portanto ainda ativa lembranças de um conjunto de moradores da cidade. Contudo, o crescimento do seu entorno, em ambos os países, os mais de 60 anos de presença abarcam um conjunto abrangente de praticantes de espaço e usuários desta constru o. Portanto,   presumível compreender que as suas memórias são e foram significadas e (res)significadas, seja por interesses singulares ou coletivos. Contudo, ela também ocupa e desempenha o papel de lugar de memória, quando logra alcançar os três elementos frisados por Pierre Nora que são: o material, o simbólico e o funcional.

A Ponte Internacional da Amizade com 552 metros e da Fraternidade com 489 metros por si só se destacam pela imponência das obras, por suas grandes dimensões. Todavia, seus tamanhos também implicam em representa es associadas a quem a construiu e papel que ambas têm para a região. Nessa situa o, as memórias, por meio da opulência, também remetem ao estado. Dentre os destaques, comumente sobressaltam a contribui o socioecon mica destas obras para o crescimento de Foz do Iguaçu e região. Essa valoriza o permite inferir o fortalecimento da memória dos agentes que a construíram e, ao longo do tempo e do espaço, as (res)significaram vinculando-as aos governos e seus projetos.

Entre esses (res)significados está o papel que as pontes passam a representar no ciclo econômico nomeado como "Globaliza o e abertura de mercado" e sua defini o está associada   cria o do Mercosul. Os documentos apontam que este momento   de ruptura e transforma o econ mica e também de constitui o de um polo educacional e tecnológico para o município (PMFI, 2012). Em específico, no aspecto econômico, as duas pontes que outrora facilitaram o desenvolvimento de um polo logístico de importa o e exporta o, não d o mais conta do recado. Demanda-se aos governos uma nova ponte, a da Integra o ligando Brasil a cidade de Presidente Franco no Paraguai, que atualmente está em processo de ter seus 760 metros construídos já desponta como um novo símbolo, no qual a memória da cidade se cruzar  novamente com a da presença do Estado.

Transversalmente   temporalidade estabelecida pelas análises ainda encontramos

três referências que, de forma distinta, auxiliam na visibilidade das memórias do estado nacional brasileiro em Foz do Iguaçu: o Marco das Três Fronteiras, o Aeroporto e o Parque Nacional do Iguaçu. O primeiro sendo um logradouro simbólico de delimitação de fronteira e dos demais como ponto de chegada, partida e de visitação turística da cidade que tem intervenção direta do estado, conforme destaques a seguir.

O Marco das Três Fronteiras, instalado em 1903 como símbolo de paz entre Brasil e Argentina, localiza-se no encontro do Rio Iguaçu com o Paraná, no limite territorial com Argentina e Paraguai (LOUVAIN, 2018). Apesar de compor a lista de atrativos turísticos da cidade a muitos anos, sem infraestrutura (LIMA, 2010) e sem compartilhamento de narrativa histórica, o Marco brasileiro compunha apenas timidamente as (re)constru es memoriais de Foz do Iguaçu, até sua (re)incorpora o ao mercado turístico, mediante concessão da  rea. Sua referência histórica   distante do vivenciado, pouco se sabe ou se ensina sobre sua história oficialmente, sendo que nos materiais didáticos do município de 2012, 2015 e de 2016 no que diz respeito a esse monumento, apontam que   um dos principais pontos históricos de Foz do Iguaçu, contudo nenhum deles retrata a história atrelada a sua Constitui o. Os materiais apresentam sua referência geográfica e uma constru o de representa o, de significado para a região como espaço de integra o, de fronteiras próximas. Percebe-se que se estabelece como lugar de memória, contudo não houve uma constru o de continuidade, compartilhamento ou vontade de memória, por muitos anos.

A partir de 2015, após licita o para concessão do espaço do Marco das Três Fronteiras (MELO, 2015), o obelisco passa a ganhar notoriedade e compor as narrativas, como monumento histórico. Além de sua valoriza o como monumento, ainda são incorporados ao local uma série de elementos da história regional, Jesuítica, Guaran  e também reforça-se a história de Cabeza de Vaca, a partir de uma grande estrutura cenográfica, com espetáculo e restaurante (MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS, 2021). Com a constru o de infraestrutura e de narrativa, se ativa a memória por meio do turismo, sendo que em 2019 o atrativo recebeu mais de 450 mil visitantes. Este fato evidencia como memórias foram selecionadas e receberam atribui o de valor de forma direcionada, ou seja, definiram-se algumas representa es. Processo possibilitado por meio de uma pol tica pública e implantado pelo mercado turístico. A presença do estado   transversal nesse espaço, sendo que o monumento em si representa a presença da na o e da fronteira em um lugar de memória na região.

O Marco, que estava   margem, literal e metaforicamente, passa a ter sua memória (re)construída, difundida, reforçada. Isso se v  na cidade nos outdoors, nos discursos mercadológicos e políticos. Assim, nos discursos da atualidade, o Marco   relacionado com a diversidade, com a integra o entre os povos e com um passado tão distante que   quase mítico, com descobridores, Jesu itas e indígenas. Processo que, estabelece a materialidade, funcionalidade e simbologia, reafirmando-o como um lugar de memória.

Mesmo com essa pluralidade de significados acionados contemporaneamente, o Marco brasileiro ainda é representativo da presença do Estado Nacional. Evidência disso podem ser inferidas da relação deste monumento com seus outros dois congêneres, o Marco Argentino e Paraguai, que também postados em locais estratégicos, auxiliam na compreensão de que se quer estabelecer fronteiras geográficas. Fronteiras que no contexto histórico da cidade, comumente são construídas, reforçadas e valorizadas pelo Estado. Diferentemente das porosidade das mesmas, quando inferidas no tempo e espaço pela percepção dos *praticantes de espaço*.

Por sua vez, a presença de um aeroporto na cidade denota a demanda e a importância estratégica deste logradouro. Foz do Iguaçu conta hoje com um importante espaço modal, como referência de chegada e partida de grande contingente de turistas (FELIPE JUNIOR, 2021). Portanto, é compreensível que este figure como um elo importante dos ciclos econômicos da cidade a partir dos anos de 1980.

Contudo, o moderno aeroporto internacional não é só uma obra e concessão do Estado, mas também referência de como a ação deste auxiliou e auxilia no desenvolvimento socioeconômico local. O primeiro Campo de Aviação em Foz do Iguaçu tinha como intuito estabelecer uma linha do Correio Aéreo Militar que cobriria a região de Foz do Iguaçu e Guaíra (IBGE, 2021). Sua presença e atuação se dá ainda nos anos de 1935, com a criação do primeiro campo de pouso, que em 1941 foi inaugurado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas como o 1º Aeroporto do Parque Nacional do Iguaçu, sendo por muito tempo o aeroporto do município até ser desativado devido a construção do novo Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, que teve a pista asfaltada inaugurada em 1967, e o Terminal de Passageiros, em 1972, no logradouro atual (IBGE, 2021; FARIAS; MONGES, 2006).

Destaca-se que o primeiro campo de pouso é uma complementação da presença militar, sendo instalado na área do Batalhão do Exército, na região central da cidade. No decorrer do seu funcionamento acaba por atender conjuntamente as necessidades do Estado - militares e correio aéreo nacional, bem como passa ser ponto de referência de atração de passageiros civis atraídos pela visita às Cataratas do Iguaçu.

Como resultado desse processo encontram-se duas estruturas físicas que referenciam a presença do Estado por meio da modal aeroportuária e suas representações, que são: o Prédio de Embarque de Passageiros do Primeiro campo de pouso que mantém sua arquitetura relativamente bem preservada e o prédio do aeroporto atual. O primeiro é um lugar de memória por referenciar materialidade e funcionalidade vinculada como espaço de memória integrado ao atual Clube Gresfi, que usa este espaço e seu entorno, além de ser símbolo do desenvolvimento da presença da aviação em Foz do Iguaçu. Por sua vez, o atual é comumente conhecido e divulgado pelos veículos de comunicação locais, o que faz com que integre à memória compartilhada pela população local.

Destaca-se que nesse contexto, é possível inferir que Foz do Iguaçu tem sua imagem associada ao turismo, principalmente pela presença das Cataratas do Iguaçu, consideradas uma das Maravilhas Mundiais da Natureza desde 2011. A visitação às quedas e à criação do Parque Nacional do Iguaçu estão diretamente relacionadas com a definição das representações do município. A intervenção pública para a expropriação da área do Parque é celebrada em torno da imagem de Santos Dumont, que é reconhecido como personagem defensor do processo junto ao estado. De acordo com relatos, após uma visita às quedas em 1916, Santos Dumont solicitou aos governantes da época que a área se tornasse um espaço público e protegido (PRUNER, 2014). Atualmente existe uma estátua deste personagem no espaço de visitação do Parque e sua memória vem sendo ativada por iniciativas públicas no município, com a criação de uma exposição sobre sua visita à cidade (ITAIPU, 2021c).

Nesse processo, o Estado é quem delimita e passa a fazer sucessivas intervenções para a estruturação do Parque Nacional do Iguaçu, que desde 1939 por meio do Decreto nº 1.035, é uma Unidade de Conservação Federal atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal ligado ao Ministério do Meio Ambiente. O Parque foi considerado Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO em 1986 pela beleza cênica das Cataratas do Iguaçu e por ser um dos mais expressivos remanescentes protegidos da floresta subtropical paranaense, pertencente ao interior da Floresta Atlântica. Atualmente (2021), a concessão de gestão do turismo no Parque é do Grupo Cataratas, empresa responsável pela gestão de atrativos turísticos em vários locais do território brasileiro desde 1999 (ICMBIO, 2018).

No que se tem como registro de memória do turismo na região, esse espaço contou com o que seria um esboço do turismo a partir de 1915 com o Hotel Brasil, gerenciado por Frederico Engel, considerado o pioneiro do turismo e hotelaria na cidade de Foz do Iguaçu e nas Cataratas (PRUNER, 2014). Iniciativas de moradores foram estruturando e consolidando a atividade turística no Parque Nacional do Iguaçu ao longo da história do território, que a partir dos anos 1930 começa então a receber atenção do Estado. Algumas das ações foram o investimento em infraestrutura a partir de negociações para aquisição de um terreno destinado a ser um campo de aviação e o início das construções do Hotel Cassino Iguaçu e do Hotel das Cataratas, ambos com histórico de recepção de diversas autoridades do Estado Nacional (PRATES, 2006). Já em 1942 é construída a Usina Hidrelétrica São João, a primeira fonte de energia elétrica da cidade na época. A institucionalização do PNI, a partir de políticas, desenvolvimento de infraestrutura e da construção de diversos outros empreendimentos na cidade, direcionam a Unidade de Conservação para o uso turístico que conhecemos hoje. Dessa forma, o Estado cumpre função fundamental para a estruturação do turismo na cidade e conseqüentemente tem sua memória atrelada a este legado.

O Parque Nacional do Iguaçu, pelas Cataratas do Iguaçu tem sua imagem projetada mundo afora, em uma iconorreia propagada pela atividade turística. No entanto, essa atividade é mediada pelo Estado por meio da gestão e concessão do espaço. No ano de 2021, iniciou-se um processo para um novo projeto de concessão do Parque Nacional do Iguaçu, onde mais hectares da área do PNI poderão ser aproveitados para o uso público, correspondentes a até 60% da área total da Unidade de Conservação, compreendendo os principais polos localizados nas cidades de Foz do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Céu Azul e Capanema (ICMBIO, 2021). Ou seja, o Estado segue mantendo sua atuação no espaço, no presente, continuando com seus direcionamentos de experiências e definições mnemônicas. Nesse contexto, a presença do Estado Nacional define representações no tempo e espaço e Foz do Iguaçu tem suas memórias e lugares de memórias influenciados pela sua atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foz do Iguaçu, com um pouco mais de um século de existência enquanto município do Estado do Paraná, caracteriza-se pela diversidade de memórias. Sem sombra de dúvida, quando nos apropriamos da definição de *praticantes de espaço*, de Michel de Certeau (2011), nos permitiu concluir que ela é uma cidade com muitos passados. Muitos desses sujeitos que integraram a ocupação e formação desse território sequer são lembrados. Rapidamente poderíamos indicar os indígenas (caingangues e guaranis) e *mensus* (trabalhadores das *obrages*) como exemplos dessa situação. Contudo, eles integram as laudas dos livros e memórias de diversos espaços, seja pela Lenda das Cataratas ou na definição de populações estrangeiras associadas aos trabalhadores dedicados ao extrativismo da erva-mate e madeira.

Assim, esses passados são imprescindíveis para compreender como se procedeu a formação de uma cidade com memórias porosas e cambiantes. Há as que ficam e são perceptíveis pelos vestígios materiais que deixaram, como logradouros e construções. Outras são acionadas para serem funcionais e justificar marcos e rupturas, a exemplo da ativação da presença de Santos Dumond e a relação com a preservação do Parque Nacional do Iguaçu. Há também os silêncios e esquecimentos: onde estão os pedreiros, padeiros, parteiras, lavradores, barqueiros, pescadores, mulheres, crianças, entre tantos outros, que figuram como se tivessem existido? Mas, também há as memórias produzidas pela iconorreia, seja ela da mídia ou da ativação do mercado turístico, que exaltam determinadas lembranças com intuito de produzir uma evidência institucional ou voltada para a lógica do mercado turístico.

Contudo, as reflexões trouxeram uma contextualização na qual a cidade se constitui e se desenvolve no tempo e espaço, em torno de ações que na maioria das vezes,

foram alheias às suas escolhas. A concessão de terras e sua exploração, a vigilância do território fronteiriço que levaram a criação de uma colônia militar; o marco das três fronteiras; a expropriação de terras para a constituição do Parque Nacional do Iguaçu; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e seus diversos desdobramentos; a construção das pontes internacionais, da Amizade, da Fraternidade, e mais recentemente a ponte da Integração, ainda em construção; as concessões de áreas e infraestruturas, em parte são resultados de ação externa. Todos estes processos marcam a história e a memória do município, definindo inclusive ciclos econômicos, que se desdobram em lugares de memória e representações.

Entende-se que estes são alguns dos indícios presentes no cotidiano de Foz do Iguaçu que levam a perceber a presença do estado, no passado e no presente. As fontes que permitem discutir esta temática são imensuráveis e diversas. Neste texto, se fez uma análise holística a partir dos vestígios, não tão marginais, mas sim bastante presentes na realidade vivenciada no espaço estudado, contudo não evidenciados de forma estruturada. Assim, por meio de documentos, discursos, infraestruturas, monumentos, políticas, projetos e ações mostra-se a presença e influência do estado nas definições de representações, memórias e lugares de memórias de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cândido Ferreira de. “Visita ao Salto de Santa Maria” e “Colônia Militar de Foz do Iguaçu: notas de viagem”. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Vol. XXII, 1974. pp. 119-127 e 129-135.

BIANCHIN, Aracelli. A Dinâmica Territorial na Fronteira Trinacional do Iguaçu pelo Turismo: Integração ou Fragmentação. (Dissertação) - Universidade Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, PR, p. 128. 2018. Disponível em: <https://observatoriodaintegracao.files.wordpress.com/2019/03/bianchin-a.-dissertac387c383o-ical-08.08.18.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano: 1 Artes de Fazer. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2011.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

COLODEL, José Augusto. Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.

FARIAS, Patrícia Jacinto de; MONGES, Fabiane Ninoff. Memória oral coletiva como forma de exploração do turismo cultural em Foz do Iguaçu com foco no 1º Campo de Pousado Município. TCC (Graduação Curso de Turismo) - Unioeste. Foz do Iguaçu, 2006.

FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes. Fluxos aéreos na região da trílice fronteira: uma análise do transporte de passageiros em Foz do Iguaçu. Geofronter, Campo Grande, - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Brasil. ISSN: 2447-9195. v. 7, 2021. p. 1-20. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/issue/view/253/showToc>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FOZ DO IGUAÇU. Dados Socioeconômicos de Foz do Iguaçu 2011. Disponível em: <blob:https://www5.pmf.pr.gov.br/94c452b9-8385-4c0e-837b-2fff2df8432e>. Acesso em: 20 ago. 2021a.

FOZ DO IGUAÇU. História. Disponível em: <https://www5.pmf.pr.gov.br/cidade/#next>. Acesso em: 20 ago. 2021b.

GAZETA DO POVO. Rio Paraná vira córrego e é atravessado a pé por moradores de Foz. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rio-parana-vira-corrego-e-e-atravesado-a-pe-por-moradores-de-foz/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

HUYSEN, Andreas. En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización, México DF, Fondo de Cultura Económica, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aeroportos; Foz do Iguaçu (PR); Paraná.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Anexo A - Caracterização do Parque Nacional do Iguaçu. Brasília, 2021.

ITAIPU. Exposição no Ecomuseu resgata passagem de Santos Dumont por Foz do Iguaçu. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/exposicao-no-ecomuseu-resgata-passagem-de-santos-dumont-por-foz-do-iguacu>. Acesso em 22 ago. 2021c.

ITAIPU. 40 anos: Itaipu transforma Foz em um dos maiores municípios do Paraná. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/40-anos-itaipu-transforma-foz-em-um-dos-maiores-municipios-do-parana>. Acesso em 20 ago. 2021b.

ITAIPU. Roteiro Memória: Itaipu vai oferecer tour histórico pelas vilas erguidas durante a construção da usina. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/roteiro-memoria-itaipu-vai-oferecer-tour-historico-pelas-vilas-erguidas-dur>. Acesso em 20 ago. 2021a.

ITAIPU. Tratado que permitiu a construção da usina de Itaipu completa 48 anos. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/tratado-que-permitiu-construcao-da-usina-de-itaipu-completa-48-anos>. Acesso em 20 ago. 2021.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

KLAUCK, Samuel. A Fronteira do Oeste do Paraná: Narrativas de desbravamento, imaginários e representações. In.: ARRUDA, Gilmar. Natureza, Fronteiras e Territórios. Londrina: Eduel, 2005. pp. 243-278.

LIMA, Jackson. O Marco das Três Fronteiras, Brasil: por que não interessa ao Governo? BLOG DE FOZ. 24 abr. 2010. Disponível em: <http://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post_7021.html>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LOOSE, Cristina, 2020. O Tarzan das Cataratas. Reportagem Cris Loose Compartilha de 20/08/2020. Disponível em: <https://www.crisloosecompartilha.com/2020/08/20/o-tarzan-das-cataratas/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

LOUVAIN, Pedro. O Marco das Três Fronteiras: Símbolo da Integração Latino-Americana e de Resolução Pacífica dos Litígios Internacionais. In.: Anais do XVII Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, ISSN: 2316-1035, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sc.anpuh.org/resources/anais/8/1538362444_ARQUIVO_LOUVAIN.OMarcodasTresFronteiras.ANPUH-SC.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS. O Marco das 3 Fronteiras está aberto. Disponível em: <https://marcodastresfronteiras.com.br/> Acesso em: 18 jul. 2021

MASCARENHAS, Milena. Memórias da Ponte Internacional da Amizade: representações de um espaço binacional. 181 f. Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/5339/5/Milena_Costa_Mascarenhas_2021.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

MELO, Lauane. Contrato de concessão do Marco das 3 Fronteiras é assinado. Click Foz do Iguaçu. 11 jun. 2015. Disponível em: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/contrato-de-concessao-do-marco-das-3-fronteiras-e-assinado/> Acesso em: 20 jun. 2021.

MURICY, José Cândido da Silva. A Foz do Iguassú: Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892. In: MONUMENTA – Relatos de viagem a Guaíra e Foz do Iguaçu (1870-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

MYSKIW, Antonio Marcos. A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava: Unicentro/UFF, 2011.

NASCIMENTO, Domingos. Pela Fronteira. Curitiba: s/ed, 1903.

NORA. Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Cícero. Chartier e Foucault: poder, cultura e representação CHARTIER AND FOUCAULT: POWER, CULTURE AND REPRESENTATION. In. Polética. São Paulo, v. 6, n. 2, pp. 68-87, 2018.

- POLLAK, Michael. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRATES, Paulo R. A evolução histórica do parque hoteleiro de Foz do Iguaçu no século XX. Ciências Sociais em Perspectiva, v. 5, n. 9, 2º sem. 2006.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Apostila do Aluno Foz do Iguaçu - 4º ano 2012. 33 p.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Apostila do Município - Geografia e História. Foz do Iguaçu, 2012a. 93 p.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). COLETÂNEA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Foz do Iguaçu, 2015. 151p.
- PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU (PMFI). Coletânea do Município de História e Geografia – 2016. Foz do Iguaçu, 2016. 80 p.
- PRUNER, R. R. Frederico Engel: pioneiro do turismo e hotelaria em Foz do Iguaçu. Blumenau: Nova Letra, 2014.
- SANTOS, Orlando Bispo dos. O Exército Brasileiro-34º Batalhão de Infantaria Mecanizado e as territorialidades na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2576/1/Orlando_Santos_2016.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.
- SCHIMMELPFENG, Otília. Retrospectos Iguaçuenses. Foz do Iguaçu: Editora Tezza, 2002.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. pp. 39-62.
- SILVEIRA NETTO, Manoel Azevedo da. Do Guairá aos Saltos do Iguaçu. Curitiba: Fundação Cultural/ Farol do Saber, 1995.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- SOUZA, Aparecida Darc de. Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008). 2009. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009. DOI:10.11606/T.8.2009.tde-21102013-162826. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-21102013-162826/publico/2009_AparecidaDarcDeSouza.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.
- TEDESCO, João Carlos. Passado e Presente em Interfaces: Introdução a uma análise sócio histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê Ed. UNOESC; Porto Alegre, Suliani Letras & Vida, 2011.

THAUMATURGO, Leila Regina Youssef. A expansão urbana e o crescimento populacional em áreas do entorno de grandes reservatórios: o caso de Foz do Iguaçu. 2012. 150 f. Tese (Doutorado em Engenharia Mecânica) - Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá da Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106437/thaumaturgo_lry_dr_guara.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 18 jun. 2020

TRIBUNA. Rio Paraná está com menor volume de água dos últimos 37 anos. Leito está praticamente seco! Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/rio-parana-esta-com-menor-volume-de-agua-dos-ultimos-37-anos-leito-esta-praticamente-seco/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense. Curitiba: Ed. Vicentina, 1987.

Lugares de Memória



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGSCF

Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras

Atena
Editora

Ano 2022

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Lugares de Memória



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGSCF

Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Cultura e Fronteiras

Atena
Editora

Ano 2022

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br